

Revisitando o mito de Stalin, de herói mundial a vilão comunista:

o ocidente e sua necessidade de criar monstros

André Luiz Pereira Pinho¹

Resumo

Este artigo, orientado pelo materialismo histórico-dialético, investiga como a narrativa burguesa ocidental demonizou Josef Stalin para deslegitimar o socialismo. Na Parte 1, reconstitui-se o “Stalin histórico”: industrialização acelerada, coletivização, mobilização total e papel decisivo da URSS na derrota do nazismo, culminando em Berlim. Na Parte 2, analisa-se a Guerra Fria como guerra de narrativas: imprensa, cinema, literatura e relações públicas fabricaram um inimigo absoluto, aplicando técnicas de propaganda que exageram episódios, omitem contextos e distorcem causalidades. Na Parte 3, discutem-se disputas historiográficas: leituras liberais moralizantes e leituras marxistas críticas; o revisionismo pós-1956 e reavaliações recentes (Losurdo, entre outros) que destacam conquistas em educação, ciência, indústria e soberania. Conclui-se que a figura de Stalin funciona, ainda hoje, como atalho semântico para disciplinar o debate público e manter a hegemonia capitalista, convertendo “socialismo” em sinônimo de tirania. Defende-se, por fim, uma revisão crítica da memória do século XX e uma crítica sistemática à mídia e ao controle narrativo do capitalismo sobre o passado, no Brasil e no mundo contemporâneo.

Palavras-chave: hegemonia burguesa; propaganda anticomunista; historiografia marxista; Guerra Fria.

Abstract

This article, grounded in historical-dialectical materialism, investigates how the Western bourgeois narrative demonized Joseph Stalin to delegitimize socialism. Part 1 reconstructs the “historical Stalin”: rapid industrialization, collectivization, total mobilization, and the USSR’s decisive role in defeating Nazism, culminating in Berlin. Part 2 examines the Cold War as a war of narratives: the press, cinema, literature, and

¹ Mestrando e Pesquisador PPGH-UNIMONTES.

public relations manufactured an absolute enemy, deploying propaganda techniques that exaggerate episodes, omit contexts, and distort causalities. Part 3 surveys historiographical disputes: moralizing liberal readings versus critical Marxist ones; post-1956 revisionism and recent reappraisals (Losurdo, among others) that underscore achievements in education, science, industry, and sovereignty. The conclusion argues that Stalin's figure still functions as a semantic shortcut to discipline public debate and sustain capitalist hegemony, turning "socialism" into a synonym for tyranny. Finally, it calls for a critical review of twentieth-century memory and a systematic critique of the media and capitalism's narrative control over the past, in Brazil and worldwide today.

Keywords: bourgeois hegemony; anti-communist propaganda; Marxist historiography; Cold War.

Introdução

A imagem de Josef Stalin, figura central na história do século XX, passou por um processo de transformação que ultrapassa o campo da historiografia, configurando-se como um fenômeno político e ideológico. De líder responsável por conduzir a União Soviética à vitória sobre o nazismo e por transformar um país agrário em uma potência industrial e militar, Stalin tornou-se, nas narrativas ocidentais, o símbolo máximo da tirania e do autoritarismo. Essa metamorfose da sua imagem não se explica apenas pelos fatos históricos, mas, sobretudo, pela luta ideológica que permeou o século passado, uma luta entre dois sistemas antagônicos: o capitalismo e o socialismo.

A narrativa burguesa ocidental, hegemônica por interesses imperialistas, construiu a figura demonizada de Stalin como estratégia de deslegitimação do projeto socialista. A dominação ideológica, conforme analisa Louis Althusser (1970) se dá através de aparelhos ideológicos do Estado (como a escola, a mídia e a religião), que operam para reproduzir as condições de existência da ideologia dominante (aqui se lê a burguesa, uma vez que esta captura o estado), garantindo a perpetuação das relações de produção capitalistas. Assim, o discurso ocidental não apenas combateu o stalinismo, mas procurou associar qualquer tentativa de construção socialista ao terror e à violência, deslocando o debate histórico para o terreno moral e emocional, e afastando-o de uma análise materialista das condições concretas de desenvolvimento da União Soviética.

Sob o prisma marxista, é necessário compreender esse processo como parte da guerra ideológica travada pelo imperialismo. Antonio Gramsci (1999), ao discutir o conceito de hegemonia, destaca que o domínio da classe burguesa se sustenta não só pela coerção, mas também pelo consenso, produzido através da direção intelectual e moral exercida pelos seus aparelhos culturais e midiáticos. A hegemonia, portanto, atua na fabricação de narrativas históricas que naturalizam a dominação e produzem representações convenientes ao capital. A demonização de Stalin é um exemplo contundente desse processo, onde o controle dos meios de comunicação e da indústria cultural serviu como instrumento de propaganda anticomunista.

Autores como Noam Chomsky (2000) reforçam essa análise ao demonstrar como as elites capitalistas moldam o “juízo público” por meio da propaganda ideológica e do controle dos meios de comunicação de massa. Para Chomsky, a manipulação consciente dos hábitos e opiniões das massas constitui um dos pilares da democracia liberal moderna, na qual o consenso é fabricado para assegurar a submissão das majorias à minoria detentora do poder econômico. Essa reflexão é particularmente pertinente ao se analisar como o Ocidente construiu a imagem de Stalin, não apenas como crítica política, mas como mecanismo de controle social e reafirmação da superioridade moral do capitalismo.

A metodologia adotada neste estudo ancora-se no materialismo histórico e dialético, que permite compreender a história não como um conjunto de fatos isolados, mas como resultado das contradições de classe e das disputas pela hegemonia ideológica. O estudo das fontes, historiográficas, midiáticas e culturais, sob esse prisma revela que a construção da imagem de Stalin é inseparável do contexto da Guerra Fria, período em que a burguesia imperialista se empenhou em apagar os êxitos soviéticos e projetar o socialismo como sinônimo de desumanidade e atraso. Como observa Lucas Tosi di Donato (2021), as biografias e produções historiográficas sobre Stalin publicadas nas últimas décadas refletem não apenas o interesse acadêmico, mas também as tensões políticas contemporâneas, funcionando como espaço de disputa simbólica sobre o legado soviético.

Portanto, a tese central deste artigo sustenta que a demonização de Stalin não é mero produto de interpretações históricas divergentes, mas uma construção política e ideológica destinada a ocultar as transformações estruturais promovidas pela União Soviética sob sua liderança. O controle dos meios de comunicação e a difusão de uma narrativa burguesa imperialista foram fundamentais para cristalizar a imagem de Stalin como “monstro”, substituindo a figura do líder revolucionário que derrotou o nazismo e elevou a URSS à condição de superpotência mundial. Desvelar essa construção é um exercício de crítica histórica e de emancipação ideológica, imprescindível para compreender como a luta de classes se estende ao domínio da memória e da representação.

O Stalin histórico: a vitória sobre o fascismo e a consolidação da URSS

Entre 1924 e 1953, a União Soviética experimentou um processo acelerado de transformação estrutural que combinou industrialização em larga escala, coletivização da terra e fortalecimento institucional do Estado socialista. Do ponto de vista interno, isso significou reorganizar o campo e a cidade sob uma racionalidade planejada, criando quadros técnicos e administrativos capazes de sustentar um projeto de poder de longo curso. Como sintetiza Lucas Tosi di Donato, “a coletivização dos camponeses é apenas uma parte do que chamamos de stalinismo, mas ele também engloba a industrialização acelerada, projetos de novas cidades, treinamentos de novos profissionais e a expansão do mecanismo do Estado” (DONATO, 2021, p. 13).

Essa reestruturação não surgiu no vácuo, ela foi resposta à devastação deixada pela Primeira Guerra, pela Guerra Civil e pelo atraso herdado do czarismo. Daí a “rápida aceleração industrial da URSS no início dos anos 1930” como estratégia para recuperar o retrocesso e enfrentar um ambiente internacional hostil (DONATO, 2021, p. 12).

Em paralelo, consolidou-se um Estado capaz de disciplinar recursos, organizar o trabalho e difundir novos valores, processo visível na formação de profissionais alinhados ao projeto político e na capilaridade administrativa que “meteu seus tentáculos em todos os meios estruturais” (DONATO, 2021, p. 13).

Esse esforço de mobilização material e simbólica foi decisivo quando a URSS se viu diante da guerra total desencadeada pelo nazismo. No plano militar, o protagonismo soviético no front oriental redefiniu o curso do conflito. O marco simbólico e estratégico foi Stalingrado: “Em 1º de fevereiro de 1943, um irritado coronel soviético capturou um grupo de emaciados prisioneiros alemães nos escombros de Stalingrado. ‘É assim que Berlim vai ficar!’, gritou, apontando para os edifícios arruinados em volta”, registra Antony Beevor (2015, prefácio, s/p.). A partir dali tornou-se irreversível o deslocamento do equilíbrio militar em favor do Exército Vermelho, que empurrou a Wehrmacht de volta ao coração do Reich, até o cerco final de 1945.

A ofensiva derradeira sobre a capital alemã ilustra o peso material e organizativo alcançado pela máquina de guerra soviética, produto direto da industrialização pesada e da logística planejada no decênio anterior. Em relato publicado à época, sob o título “Zhukov descreve a batalha de Berlim”, destacava-se a escala do ataque: “4.000 tanks, 22.000 canhões e cerca de 5.000 aviões lançados sobre as linhas alemãs — o inimigo teve 150.000 mortos e 300.000 prisioneiros” (TRIBUNA POPULAR, 11 jun. 1945, s/p.).

O próprio marechal Zhukov detalhou que a ruptura das defesas ao longo do Oder foi preparada por fogo concentrado de artilharia e sucessivas saídas aéreas, operação em que “as reservas [alemãs] eram desbaratadas rapidamente [...] pelos ataques e pelos aviões” (TRIBUNA POPULAR, 11 jun. 1945, s/p.). Os números finais do cerco ajudam a dimensionar o feito: “Mais de meio milhão de alemães participaram desta batalha de Berlim [...] 500.000 prisioneiros; 180.000 perderam a vida” (TRIBUNA POPULAR, 11 jun. 1945, s/p.).

A conjunção entre capacidade produtiva, aço, combustível, munição, blindados e mobilização política de massas (soldados, operários, técnicos) explica por que a URSS pôde suportar perdas colossais, reorganizar frentes e, por fim, içar a bandeira vermelha sobre o Reichstag. Quanto mais, não se trata de um “milagre” ou de uma “vontade nacional” abstrata, mas do efeito histórico de relações sociais e forças produtivas reorganizadas para a guerra e para a reconstrução. A vitória em Stalingrado e o desfecho em Berlim, portanto, são também a expressão bélica de uma transformação social que,

com seus conflitos e contradições, elevou a URSS à condição de potência e barrou a expansão do fascismo no continente europeu.

A consagração de Stalin como símbolo de resistência nasce de um processo interno de politização de massas em torno da “Grande Guerra Patriótica” e da reconstrução socialista. A industrialização pesada e a mobilização total para a guerra desembocaram em rituais cívico-militares que sacralizaram a vitória e seus emblemas, como a bandeira içada no Reichstag, que “já se tornara um objeto sagrado” quando do desfile de 9 de maio em Moscou, ao qual acorreram formações de todas as frentes do Exército Vermelho (BEEVOR, 2015). Essa sacralização pública integrou uma pedagogia política que, nas palavras de um estudo recente, substituiu “as crenças pelo culto ao Estado e a Stalin” (DONATO, 2021), articulando propaganda, escola e aparato administrativo para consolidar um léxico de coragem e sacrifício atado ao líder e à vitória sobre o fascismo.

No exterior, a mesma gramática épica atravessou a imprensa comunista e progressista, no Brasil, por exemplo, a Tribuna Popular estampava, em 11 de junho de 1945, o relato da ofensiva final soviética (“4.000 ‘tanks’, 22.000 canhões e cerca de 5.000 aviões”), compondo um repertório simbólico de triunfo que projetava a URSS, e, por extensão, sua liderança como vanguarda do proletariado internacional (TRIBUNA POPULAR, 11 jun. 1945, s/p.).

A difusão dessa imagem não se explica sem o entrelaçamento entre coerção e consenso próprio dos Estados modernos. Como analisa Althusser (1970), os aparelhos ideológicos, em especial escola, mídia e cultura, operam cotidianamente para produzir pequenas quantidades de nacionalismo e liberalismo e reproduzir a ordem vigente; em chave socialista, foram mobilizados para forjar um imaginário de resistência e vitória coletiva.

No pós-guerra imediato, esse capital simbólico convergiu com uma potência material sem precedentes, elevando a União Soviética ao patamar de superpotência. Além do peso decisivo na derrota nazista, a direção soviética perseguiu com método os instrumentos estratégicos da nova era, já em 1942, Stalin acelerou o programa nuclear (“Operação Borodino”) e, em 1945, sob a coordenação de Beria, planejou “apreender

todo o equipamento e todo o urânio” (BEEVOR, 2015) dos laboratórios berlinenses antes dos aliados ocidentais, amparando-se inclusive em informações sobre o Projeto Manhattan transmitidas por Klaus Fuchs.

A corrida a Dahlem e ao Instituto Kaiser Wilhelm, com comissões do NKVD, desmonte de instalações e apreensão de “250 kg de urânio metálico, 3 toneladas de óxido de urânio, 20 litros de água pesada” (BEEVOR, 2015) revela a escala de ambição científica e militar que se articulava à vitória no campo de batalha .

O resultado histórico é conhecido: a URSS emergiu como “uma superpotência que fazia frente aos Estados Unidos e era temida pelas demais potências ocidentais”, percepção enraizada entre contemporâneos e reiterada pela literatura recente sobre o período (DONATO, 2021). Esse temor burguês diante do êxito do socialismo real reanimou, no Ocidente, dispositivos ideológicos de contenção, aparelhos escolares, midiáticos e culturais, que, como lembra Althusser (1970), funcionam de modo concertado para assegurar a hegemonia de classe por meio da ideologia dominante.

A guerra das narrativas: o Ocidente e a fabricação do “monstro”

A eclosão da Guerra Fria reorganizou a cultura política do Atlântico Norte em torno de um antagonismo funcional, para legitimar a expansão global do capital e a disciplina social doméstica, as classes dominantes precisavam de um “inimigo” totalizante que condensasse, num só rosto, o medo do socialismo e das mobilizações populares. Nesse contexto, a figura de Stalin foi convertida em signo privilegiado dessa ameaça. A operação não se fez no vazio: como explicou, os aparelhos ideológicos de Estado (escola, imprensa, rádio, televisão, partidos, instituições culturais burguesa) operam cotidianamente pela ideologia, articulando-se com o aparelho repressivo para reproduzir a dominação de classe; nenhuma classe “pode durar no poder de Estado sem exercer simultaneamente a sua hegemonia sobre e nos AIE” (ALTHUSSER, s.d., p. 44–49).

A demonização sistemática de Stalin deve ser lida, portanto, como política cultural de longo curso: a “imagem do inimigo” foi produzida e reproduzida por esses aparelhos num ambiente de competição interimperialista e de intensificação das lutas

sociais no pós-1945. Em chave gramsciana, tratou-se de uma estratégia de hegemonia: forjar consenso ativo em torno da ordem capitalista requer direção intelectual e moral sobre os sentidos do passado e do presente, inclusive sobre quem é o herói e quem é o carrasco. A fortuna crítica de Gramsci nasceu precisamente da atenção a essa disputa por direção cultural e ao papel dos intelectuais e do jornalismo na formação do “senso comum” (GRAMSCI, 1999).

No plano prático, essa engenharia ideológica encontrou um aparato comunicacional maduro no Ocidente. A indústria de relações-públicas norte-americana, já ativa desde os anos 1920, estruturou-se para “controlar o juízo público” e deslocar conflitos de classe para narrativas moralizantes, após 1945, essa máquina foi reorientada para a “eterna luta pela mente dos homens”, combinando propaganda, entretenimento e cobertura midiática “politicamente correta” (CHOMSKY, s.d.). O objetivo era fabricar consentimento para políticas internas e externas, inclusive mediante a demonização de sujeitos coletivos e lideranças associadas ao socialismo (CHOMSKY, s.d.).

É nesse terreno que a transformação de Stalin em “monstro” ganha eficácia social. Como nota Lucas Tosi di Donato, além das polêmicas internas ao movimento comunista e do revisionismo no espaço soviético, o “Ocidente capitalista vilipendiou exaustivamente a figura de Stalin, através dos mais variados meios de comunicação, da política e da cultura”, consolidando um repertório de sentidos que associa o socialismo ao terror e à irracionalidade (DONATO, 2021, p. 16–17). Essa produção simbólica, embora multifacetada, convergia para um ponto, colar a experiência soviética (em particular seu período stalinista) a uma essência de violência e despotismo, enfraquecia-se a legitimidade das alternativas anticapitalistas e naturalizava-se a liderança geopolítica ocidental na nova ordem mundial globalizante.

Por fim, importa reconhecer que a guerra de narrativas é relacional e não unilateral. Ainda durante a transição de 1945, a percepção pública sobre o Exército Vermelho e sobre a URSS foi intensamente moldada por duas propagandas concorrentes: a nazista, que semeou terror antissoviético entre a população alemã, e a soviética, que silenciou temas sensíveis em zonas de ocupação. Essa ambiência de propaganda cruzada preparou, no imediato pós-guerra, um terreno fértil para que a

imprensa e a cultura de massa ocidentais convertessem a figura de Stalin no rosto do “perigo vermelho”, agora recodificado como ameaça mundial (BEEVOR, 2015). O resultado foi um enquadramento persistente, no qual qualquer avanço do socialismo aparecia como retorno do “monstro”, enquanto as violências estruturais do capitalismo eram despolidizadas como normalidade civilizacional e quando muito reduzidas a condenação moralista, e por excelência, anti-estrutural (ALTHUSSER, s.d.; CHOMSKY, s.d.).

A consolidação de um “Stalin-monstro” só foi possível porque a Guerra Fria reorganizou o campo simbólico do Ocidente em torno de um inimigo absoluto, e a indústria cultural tratou de dar carne, voz e imagem a esse inimigo. Do ponto de vista da teoria marxista, isso se explica pela disputa por hegemonia, o bloco burguês precisava transformar a lembrança do líder que conduziu a derrota do nazismo em uma prova de que o socialismo seria intrinsecamente tirânico. Gramsci ajuda a compreender a mecânica desse processo quando lembra que “o ponto de partida deve ser sempre o senso comum”, isto é, a sedimentação de percepções, crenças e afetos que a imprensa, a literatura e o jornalismo reorganizam sob direção de classe (GRAMSCI, 1999, p. 116).

Nesse sentido, a mídia ocidental, jornais, estúdios, editoras, operou como aparelho de formação de senso comum anticomunista, convertendo elementos reais e contraditórios da história soviética em um enredo moral unívoco. A propaganda nazista já havia deixado uma matriz emocional poderosa na opinião pública europeia, a descrição dos soviéticos como “mongóis” e a disseminação de um “medo terrível” do Exército Vermelho durante a queda de Berlim criaram imagens fáceis de reciclar no pós-guerra por jornais e estúdios (BEEVOR, s.d.).

A partir de 1947, com o conflito já estruturado, a esfera pública ocidental passou a reproduzir narrativas que tomavam a exceção por regra, a anedota por essência, preenchendo lacunas com conjecturas e ampliando aspectos convenientes à tese de que “o comunismo é o mal”, enquanto silenciava ou minimizava a centralidade soviética na derrota do nazismo. O resultado foi um imaginário em que “Stalin” se tornou sinônimo do “totalitarismo” e o socialismo, uma ameaça civilizatória.

Nesse circuito, a imprensa e o cinema foram operadores privilegiados de uma pedagogia política anticomunista, ao editar imagens de desordem em cidades ocupadas, ao dramatizar testemunhos de violência sem mediação crítica e ao sequenciar manchetes que colavam “URSS” a “tirania”, reforçavam uma grade interpretativa na qual Stalin aparecia sempre como causa e nunca como produto de conjunturas históricas concretas. Em paralelo, o mercado editorial cumpriu papel estratégico. A própria produção biográfica sobre Stalin publicada no Brasil entre 2003 e 2019 (de tons oscilantes entre demonização e revisionismo) mostra como a forma-biografia foi mobilizada para fixar sentidos em disputa no debate público recente (DONATO, 2021).

No plano das técnicas, a propaganda anticomunista reciclou repertórios já consagrados pela indústria de relações públicas dos EUA desde os anos 1920. Como observa Chomsky (apud AGUSTINHO, s.d.), após 1945 líderes do setor falavam em “eterna luta pela mente dos homens”, investindo pesado para moldar agendas, enquadramentos e vocabulários que as pessoas “repetissem em todas as oportunidades”.

Não por acaso, o manual de Edward Bernays é lembrado como uma espécie de “padrão” da manipulação consentida de opiniões, e a famosa “fórmula de Mohawk Valley”, mobilizar a “comunidade” respeitável contra um “inimigo interno” perturbador, foi aplicada para demonizar grevistas e, por analogia, qualquer militância identificada ao socialismo (AGUSTINHO, s.d.).

O mecanismo é conhecido, exageram-se episódios e números quando servem ao efeito de horror, omitem-se contextos, causalidades e contradições quando atenuariam a tese demonizante, distorcem-se declarações e documentos para produzir equivalências morais fáceis. Ao mesmo tempo, deslegitima-se a palavra do trabalho organizado “demonização do trabalhador”, nota Chomsky, e criminaliza-se a crítica sistêmica, de modo que a própria possibilidade de ouvir outras versões dos fatos se banalize como suspeita (AGUSTINHO, s.d.). Sob o crivo gramsciano, isso significa que a burguesia organizou “uma luta perpétua” no terreno da cultura, reescrevendo o senso comum para que “Stalin” signifique, antes de tudo, tudo aquilo que o capitalismo precisa que o socialismo signifique: irracionalidade, repressão, atraso. A pedagogia midiática, na

chave althusseriana, garantiu capilaridade a esse senso comum “nos livros [e] nos filmes”, repondo continuamente as imagens que o sustentam (ALTHUSSER, s.d.).

O que se tem, portanto, não é um mero “erro historiográfico”, mas um projeto ideológico que articula indústria cultural, imprensa e mercado editorial para estabilizar uma leitura única da experiência soviética e, com isso, bloquear a inteligibilidade das alternativas socialistas. Nesse processo, a figura de Stalin foi o significante central — não para compreender a URSS histórica, mas para pedagogizar o público contra qualquer horizonte pós-capitalista.

A demonização de Stalin ganhou corpo quando jornais, editoras e estúdios reuniram-se a campanhas de relações-públicas para fixar, no imaginário coletivo, um enredo moral binário: de um lado, a “liberdade” capitalista; de outro, o “despotismo” soviético encarnado na figura do líder. O terreno já estava preparado por uma máquina privada de propaganda surgida nos EUA desde os anos 1920, cujo objetivo declarado era “controlar o juízo público”. Como observa Noam Chomsky, essa indústria tomou como manual o *Propaganda*, de Edward Bernays, que normatizava a manipulação consciente de hábitos e opiniões das massas — uma técnica retomada no pós-1945 para a “eterna luta pela mente dos homens” por meio de imprensa, entretenimento e escola.

Na mesma chave, a chamada fórmula de Mohawk Valley mobilizava “a comunidade” contra um inimigo interno (grevistas, sindicalistas, e, por extensão, qualquer militância identificada a qualquer tipo de esquerda), compondo um repertório pronto para reciclar a URSS como ameaça civilizatória.

Esse enquadramento encontrou lastro em obras que circularam massivamente e que, no Brasil, chegaram em ondas ao longo dos anos 2000–2010. O inventário de Lucas Tosi di Donato lista títulos que ajudaram a consolidar leituras demonizantes, como *Os Crimes de Stalin* (Nigel Cawthorne), cuja própria trajetória editorial é marcada por motivações ideológicas, e a reedição de *Stalin* por Leon Trotsky, explicitamente detratadora do rival, ao mesmo tempo, aparecimento de biografias críticas de grande impacto de Simon Sebag Montefiore, que alimentaram narrativas sobre violência política e terror, ainda que com nuances internas.

Não raro, episódios como o assassinato de Kirov ou a captura do filho Iákov foram elevados à condição de prova moral, mesmo quando a própria crítica reconhece áreas de incerteza documental ou contextos que complexificam a autoria e a responsabilidade política. Em contracorrente, e revelando que há disputa, Domenico Losurdo é apontado por Donato (2021) como “reabilitador”, pois contrapõe a demonização monolítica com questionamentos às violações coloniais e guerras dos líderes ocidentais frequentemente omitidas nessas narrativas.

Politicamente, esse processo cumpriu funções claras na ordem capitalista do pós-guerra. Os aparelhos ideológicos de Estado burguês, funcionam “pela ideologia” e são necessários para a reprodução das relações de produção, nenhuma classe mantém o poder sem exercer hegemonia nesses aparelhos. Por isso, a “imagem do inimigo” cumpre a tarefa de consolidar consenso, convertendo-se em senso comum por meio de livros, filmes, jornais e televisão.

A mesma engenharia discursiva que associou “Stalin” a “totalitarismo” foi acionada para desmoralizar o socialismo e conter movimentos populares. Após 1945, executivos das relações públicas diagnosticavam poucos anos para “salvar nosso modo de vida”, exigindo doutrinação cotidiana para que as pessoas “repetissem nossos discursos em todas as oportunidades”, em paralelo, campanhas antioperárias, técnicas de enquadramento e a demonização do trabalhador enfraqueciam a organização coletiva e restringiam a arena pública.

Nesse arranjo, a demonização de Stalin não é mero “erro historiográfico”, é uma política cultural de contenção, que estabiliza a legitimidade burguesa ao mesmo tempo em que transforma alternativas anticapitalistas em sinônimo de barbárie.

Releituras e disputas historiográficas: o Stalin real e o Stalin da propaganda

As leituras de Stalin se dividem, em linhas gerais, entre abordagens marxistas e abordagens liberais, com métodos e objetivos distintos. A tradição marxista, operando com o materialismo histórico, procura explicar decisões e processos (industrialização forçada, coletivização, mobilização para a guerra) como respostas a constrangimentos estruturais e à luta de classes num país atrasado e cercado por potências hostis. Esse

esforço teórico aparece, por exemplo, na crítica gramsciana (1999) ao modo como o “senso comum” é produzido e dirigido pelas classes dirigentes, exigindo da esquerda uma disputa pela interpretação histórica como parte da luta por hegemonia; a “filosofia da práxis” nasce justamente dessa crítica ao senso comum e da necessidade de construir direção intelectual e moral alternativa.

Na outra ponta, leituras liberais tendem a enquadrar a experiência soviética num problema moral cunhado por autores como Hana Arendt (1951), o chamado “totalitarismo”, reduzindo a explicação a traços de personalidade de Stalin ou a uma essência despótica do socialismo, chamando de forma genérica toda experiência que fugisse da cartilha da democracia burguesa de “regimes totalitários”. Esse enquadramento foi alvo de refutação por autores marxistas como Domenico Losurdo (2010), que contesta a equiparação Hitler = Stalin e denuncia os vieses que sustentaram a “lenda negra” antissoviética no Ocidente.

O inventário de Lucas Tosi di Donato (2021) mostra como essa disputa teórica se traduziu editorialmente no Brasil (2003–2019): convivem títulos “detratores” ou “críticos” de amplo alcance, Trotsky, Nigel Cawthorne, Simon Sebag Montefiore, Stephen Kotkin, com obras “retradoras” ou revisionais marxistas, Ludo Martens e, sobretudo, Losurdo. O quadro comparativo do estudo explicita autores, editoras e motivações (ideológicas ou mercadológicas), evidenciando que a biografia de Stalin virou campo de batalha simbólica em que a seleção de fontes, o recorte temporal e o tom narrativo pesam tanto quanto os fatos citados.

No interior do próprio campo socialista, o chamado “revisionismo” teve impacto decisivo na perpetuação da imagem negativa. O ponto de inflexão é o XX Congresso do PCUS (1956), quando Nikita Khrushchov denunciou o culto à personalidade e os expurgos, inaugurando um anti-stalinismo oficial que reorientou leituras e políticas na URSS e no mundo comunista.

Nos anos 1980–1990, a perestroika e a glasnost fortaleceram uma nova onda revisionista, a biografia *Stalin: Triunfo e Tragédia*, de Dmitri Volkogonov (1953), tornou-se marco de sistematização dessa revisão, ao mesmo tempo causa e efeito do clima intelectual do período, com Stalin frequentemente convertido em “bode

expiatório” para justificar a correção de rumos mantendo intocados os alicerces leninistas do Estado soviético.

As respostas marxistas a esse ciclo também ganharam corpo. Losurdo examinou criticamente o Relatório Secreto de Khrushchev, apontando falsificações, deturpações e anacronismos, do assassinato de Kirov aos dilemas da coletivização, e argumentando que parte da violência do período deve ser lida no quadro de ameaças externas e mobilização para a guerra. Seu livro teve efeito público mensurável no Brasil, recolocando o debate e sinalizando a existência de uma historiografia alternativa que não absolve Stalin, mas recusa o enquadramento moralista que apaga contexto, causalidade e política.

Já o circuito liberal-ocidental pós-URSS manteve a centralidade de narrativas de terror, repressão e arbitrariedade, mesmo quando baseadas em pesquisa séria de arquivos. Obras de guerra e pós-guerra, a exemplo de Antony Beevor (2015, s/p.), enfatizam a “conspiração dos médicos”, deportações e a ampliação das prisões políticas no Exército Vermelho após 1945, preservando um retrato que, embora informativo, reforça a imagem de um líder paranoico e brutal, a antítese do “herói antifascista”.

Esse viés não se explica apenas por convicções de autores, mas por um ambiente cultural em que editoras, imprensa e universidades operam também como instâncias de produção de consenso histórico, no sentido gramsciano, fixando no senso comum uma figura estável do “Stalin da propaganda” contra a qual se mede todo o socialismo.

Em suma, a disputa historiográfica não opõe “fatos” a “mitos”, mas métodos e projetos políticos. Uma análise histórica materialista e crítica, reivindica a complexidade do “Stalin real”, com suas conquistas e crimes situados em contextos de guerra e atraso estrutural; leituras liberais tendem a absolutizar a condenação moral e a projetar sobre o passado a função de advertência ideológica. O fim da URSS não encerrou essa disputa, redirecionou-a, e a imagem negativa de Stalin seguiu útil a uma ordem que precisa, para se legitimar, de um passado socialista apresentado como pesadelo, algo que a tradição da “filosofia da práxis” identifica como tarefa permanente de combate no terreno da cultura e da memória. Reavaliações recentes e estudos que

destacam as conquistas do período stalinista: industrialização, educação, ciência, defesa da soberania nacional

Desde os anos 2000, uma leva de estudos tem revisitado o balanço histórico do período stalinista para além do estereótipo do “tirano absoluto”, enfatizando conquistas estruturais que moldaram o século XX. Domenico Losurdo, cuja obra chegou ao Brasil em 2010, tornou-se um marco dessa releitura: ao reexaminar o relatório secreto de Khrushchov e outras narrativas consolidadas na Guerra Fria, ele argumenta que várias acusações contra Stalin foram amplificadas por uma perspectiva anticomunista e que a coletivização, embora dura e contraditória, foi concebida como passo necessário à industrialização acelerada e à manutenção de um exército capaz de enfrentar ameaças externas, sobretudo o nazismo (LOSURDO, 2010). Essa síntese crítica é apresentada por Donato como parte do “resgate” de um debate mais complexo no Brasil, situando a coletivização dentro de uma estratégia de desenvolvimento e segurança de Estado, e destacando que a comparação mecânica entre Hitler e Stalin feita por autores liberais pós-guerra é contestada por esse revisionismo marxista (DONATO, 2021, p. 49–50).

Ao lado do debate sobre os custos sociais, essas reavaliações insistem nos efeitos objetivos do projeto de modernização. A historiografia recente que inventaria a produção editorial sobre Stalin no Brasil registra a ênfase na industrialização acelerada, na criação de novas cidades e, ponto fundamental para medir “capacidade estatal”, no treinamento de quadros técnicos e científicos, isto é, na profissionalização massiva que sustentou o planejamento e a reconstrução (DONATO, 2021, p. 13). Em termos de formação social, isso significa que a URSS não apenas expandiu o aparelho estatal: produziu uma nova geração de engenheiros, professores e administradores para operar um salto industrial em tempo histórico comprimido, o que ajuda a explicar a mobilização de recursos na guerra e no pós-guerra.

No terreno da ciência e tecnologia, a literatura sobre 1945 evidencia o investimento soviético em pesquisa estratégica. Beevor (2015) descreve como, com a queda de Berlim, o Estado soviético transferiu equipamentos, arquivos e materiais do Instituto Kaiser Wilhelm, além de recrutar e/ou capturar especialistas (inclusive assegurando urânio metálico, óxido de urânio e água pesada) para acelerar o

Laboratório nº 2 em Moscou. Esses movimentos mostram que a vitória militar veio acompanhada de uma política científica que combinou engenharia institucional, logística e prioridades de soberania tecnológica.

Esse mesmo prisma ajuda a ler a expansão educacional e a formação de quadros em chave marxista. Se em sociedades capitalistas a escola funciona como principal aparelho ideológico de reprodução (ALTHUSSER, 1970), a experiência soviética apostou numa escolarização articulada a necessidades produtivas e científicas, deslocando massas para a educação técnica e superior e vinculando ensino a planejamento, daí a insistência, citada por Donato, no “treinamento de novos profissionais” como traço do stalinismo. Em outras palavras, a elevação de taxas de alfabetização e a ampliação de cursos técnicos não foram apenas metas culturais: cumpriram função estratégica na transformação das forças produtivas (ALTHUSSER, 1970; DONATO, 2021, p. 13).

Por fim, a defesa da soberania nacional aparece, nessas leituras, como eixo que articula desenvolvimento, ciência e poder militar. Losurdo insiste que a construção de um “exército forte” e de uma base industrial pesada não podem ser compreendidas fora do cerco capitalista e do choque com o imperialismo nazista (LOSURDO, 2010; apud DONATO, 2021). Mesmos autores críticos do stalinismo reconhecem que a direção soviética priorizou recursos para dissuasão e segurança no imediato pós-guerra, o que se traduz, nas fontes sobre 1945, em decisões de Estado voltadas a reter zonas estratégicas, quadros e meios materiais, escolhas controversas, mas coerentes com a lógica de um país devastado que acabara de derrotar a principal potência militar do continente (BEEVOR, 2015).

Essas reavaliações não anulam contradições graves do período (que a historiografia crítica também registra), mas reposicionam o debate. Em vez de um retrato monocromático do “monstro”, enxergam um processo histórico que, sob condições extremas, elevou a URSS à estatura de potência mundial por meio de industrialização vertiginosa, massificação educacional, mobilização científico-tecnológica e uma política de soberania que respondia ao ambiente internacional do pós-guerra. A presença, já nos anos 1940, de títulos que divulgavam a “nova civilização”

soviética ou políticas sociais de vanguarda ajuda a lembrar que, historicamente, sempre houve leituras alternativas às versões hegemônicas (WEBB; WEBB, 1935; anúncios editoriais em 1945).

Conclusão

A figura de Stalin permanece um artifício político útil à reprodução da ordem capitalista porque opera como “imagem do inimigo” que disciplina o debate público, toda alternativa socialista é rapidamente colada da reprodução do espectro do “stalinismo” e, por essa via, deslegitimada antes mesmo de ser examinada.

O mecanismo prático dessa reprodução é conhecido desde o pós-guerra. A indústria de relações-públicas nos EUA teorizou e financiou uma campanha permanente para “controlar o juízo público”, preferindo a manipulação de mentes à coerção aberta, o manual de Edward Bernays é citado justamente como norma profissional dessa “propaganda ideológica” em que a manipulação consciente de hábitos e opiniões é tomada como “aspecto crucial da democracia” liberal. Não por acaso, líderes do setor falaram, após 1945, em travar (com urgência) uma “eterna luta pela mente dos homens”, doutrinando para que as pessoas “repitam nossos discursos em todas as oportunidades”; tratava-se de investir massivamente e atacar focos autônomos de cultura política (times, igrejas, universidades), esforço que “ocorre até hoje”. Nesse enquadramento, “Stalin” segue funcionando como atalho semântico: um rótulo que permite reduzir críticas ao capitalismo a uma ameaça autoritária, mantendo a agenda dentro de limites aceitáveis para o bloco no poder.

No Brasil recente, a disputa em torno de Stalin ilustra a atualidade dessa guerra ideológica. O mapeamento das biografias publicadas entre 2003 e 2019 mostra como o tema reacendeu no espaço público, “ganhando maiores proporções devido ao fortalecimento social da direita” e inflamando-se “com a candidatura e eleição” de 2018; o inventário explicita que editoras e autores, por motivações mercadológicas e ideológicas, disputam o significado de Stalin, e que essa disputa reverbera entre leitores jovens e militantes antifascistas, com a obra de Losurdo funcionando como contrapeso à demonização dominante (DONATO, 2021; LOSURDO, 2010). O ponto, aqui, não é “reabilitar” uma personalidade, mas evidenciar como a persistência do rótulo

“stalinismo” como sinônimo de barbárie serve para manter a baliza do debate: políticas de soberania econômica, planejamento e direitos sociais são empurradas para fora do aceitável por associação reflexa ao “monstro”, enquanto as violências estruturais do mercado aparecem como normalidade civilizacional. Em termos de teoria crítica, é exatamente assim que a hegemonia se conserva: por meio de aparelhos que atualizam, dia a dia, a narrativa conveniente ao capital e transformam uma leitura histórica em senso comum político, inibindo a imaginação socialista e limitando a ação coletiva.

Retomamos, à luz do percurso argumentativo, a tese central: a demonização de Stalin não é um mero desvio interpretativo, mas um instrumento orgânico da luta de classes no terreno da cultura e da memória, peça de uma engrenagem ideológica que sustenta a hegemonia burguesa. Na chave althusseriana (1970), os aparelhos ideológicos de Estado como a escola, imprensa, editoras, material cinematográfico, “funcionam pela ideologia” e são indispensáveis à reprodução das relações de produção, convertendo leituras históricas em senso comum político, por isso, a persistência do “Stalin-monstro” é menos sobre um indivíduo e mais sobre a manutenção das condições de dominação. Gramsci (1999) já advertia que a hegemonia se exerce como direção intelectual e moral, reordenando o senso comum por meio dos aparelhos culturais; disputar a narrativa histórica é, portanto, disputar a própria direção social.

Sinteticamente, o processo que construiu essa imagem não visa apenas ferir a reputação de Stalin. Seu alvo estratégico é desacreditar o socialismo como alternativa histórica, produzindo reflexos condicionados que equiparam planejamento, soberania popular e transformação estrutural a “tirania”. A indústria de relações-públicas, cuja norma clássica está em Propaganda, de Bernays, foi mobilizada para “controlar o juízo público”, articulando imprensa, entretenimento e escola para fabricar consentimento na Guerra Fria e depois dela. No Brasil contemporâneo, o mapeamento editorial mostra como a figura de Stalin segue ativada em disputas políticas recentes, com a circulação de biografias “detradoras” e respostas revisionais, sobretudo em momentos de inflexão do debate público, confirmando que a memória do período é campo de batalha e não saldo pacificado e esgotado. Destarte, quando “Stalin” vira rótulo, a função é disciplinar o horizonte do possível, conter movimentos populares, deslegitimar projetos socialistas e naturalizar o presente capitalista.

Uma história escrita sob a ótica marxista parte do reconhecimento de que a memória social é um terreno de luta, atravessado por interesses de classe e travado nos aparelhos que produzem e difundem sentidos. Nessa chave, revisar criticamente as representações do século XX e, em particular, a figuração de “Stalin”, significa recolocar a disputa no lugar certo, não na moralização abstrata dos fatos, mas nas condições materiais, nas correlações de força e nos mecanismos pelos quais a hegemonia se consolida. Isso supõe encarar a história como campo de batalha ideológica, onde a direção cultural e moral se disputa no nível do senso comum, como insistia a tradição da “filosofia da práxis”.

Daí decorre a exigência de uma crítica histórica que não se restrinja a arquivos e números, mas alcance também a forma como esses dados são convertidos em narrativa. Os aparelhos ideológicos do Estado aparelhado e instrumentalizado pela elite burguesa imperialista (escola, imprensa, editoras, cinema, televisão, instituições culturais), funcionam “pela ideologia” e, na prática, fazem a mediação cotidiana entre passado e presente, organizando a experiência em linguagem e afetos que estabilizam a ordem. É nessa trama, plural e capilar, que a ideologia dominante se realiza e se naturaliza, inclusive por meio de instituições privadas como jornais e empresas culturais.

Encerrar este artigo reforçando a crítica à mídia não é deslocar a análise para um “culpado externo”, mas recolocar o papel histórico de uma indústria cultural e de relações públicas que, desde o entre-guerras, teorizou abertamente o “controle do juízo público” como técnica legítima de governo nas democracias liberais. A profissionalização dessa propaganda, das fórmulas de enquadramento às campanhas permanentes de formação de consenso, ajuda a explicar a longevidade de certos rótulos e atalhos semânticos que interdita o pensamento crítico sobre alternativas ao capitalismo.

No Brasil recente, a própria circulação de biografias e dossiês sobre a era soviética é indício de que essa guerra de narrativas permanece em curso: a disputa editorial reacendeu após 2018 e mobilizou públicos distintos, do revisionismo marxista a leituras abertamente demonizantes, confirmando que o passado segue sendo um recurso político do presente. Uma crítica marxista consequente precisa cartografar essa

disputa, explicitar seus operadores e métodos, e, sobretudo, repor o horizonte socialista no debate histórico sem submeter a análise às caricaturas que a hegemonia burguesa tenta eternizar.

DE maneira sumária revisar criticamente a memória do século XX, e a narrativa sobre Stalin, é uma tarefa estratégica para reabrir o possível. Significa desmontar os dispositivos que convertem história em advertência ideológica, restituir complexidade às experiências de transformação e tornar visível a mão invisível do controle narrativo do capital sobre o passado. Só assim a história deixa de ser uma moral da ordem e volta a ser aquilo que é na tradição marxista: um campo de disputa, onde o conhecimento não apenas interpreta o mundo e suas contradições, mas intervém nele e transforma-o.

Bibliografia

AGUSTINHO, Marcelo. **Resenha: Noam Chomsky, Propaganda ideológica e controle do juízo público.** Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d.]. Resenha.

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos de Estado.** Lisboa: Editorial Presença, [s.d.].

ARENDT, Hannah. **As Origens do Totalitarismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

BEEVOR, Antony. **Berlim 1945: a queda.** Rio de Janeiro: BestBolso, 2015.

BERNAYS, Edward. **Propaganda.** New York: Horace Liveright, 1928.

CAWTHORNE, Nigel. **Os crimes de Stalin.** [S.l.]: [s.n.], 2012.

CHOMSKY, Noam. **Propaganda ideológica e controle do juízo público.** Rio de Janeiro: Achiamé, [s.d.].

DONATO, Lucas Tosi di. **Breve inventário das biografias de Stalin publicadas no Brasil: uma introdução ao debate (2003–2019).** Guarulhos: UNIFESP, 2021.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. v. 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

KHLEVNÍUK, Oleg V. **Stalin: nova biografia de um ditador**. [S.l.]: [s.n.], 2018.

KOTKIN, Stephen. **Stálin. Volume 1: paradoxos do poder, 1878–1928**. [S.l.]: [s.n.], 2017.

LOSURDO, Domenico. **Stalin: história crítica de uma lenda negra**. Rio de Janeiro: Revan, 2010.

MARTENS, Ludo. **Stalin: um novo olhar**. [S.l.]: [s.n.], 2003.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **O jovem Stalin**. [S.l.]: [s.n.], 2008.

MONTEFIORE, Simon Sebag. **Stálin: a corte do czar vermelho**. [S.l.]: [s.n.], 2006.

PLESHAKOV, Constantine. **A loucura de Stalin**. [S.l.]: [s.n.], 2008.

TRIBUNA POPULAR (Rio de Janeiro). **Zhukov descreve a batalha de Berlim**. Rio de Janeiro, 11 jun. 1945.

TROTSKY, Leon. **Stalin: biografia**. [S.l.]: [s.n.], 2012.

VOLKOGONOV, Dmitri. **Os sete chefes do Império Soviético**. [S.l.]: [s.n.], 2008.

VOLKOGONOV, Dmitri. **Stalin: triunfo e tragédia**. [S.l.]: [s.n.], 2004.

WEBB, Sidney; WEBB, Beatrice. **URSS: uma nova civilização**. Londres: [s.n.], 1935.